

Propostas — intenção e realidade 21 JAN 1994



Afinal, não é quem paga impostos que sustenta o ensino público?

derais para Estados e municípios.

Todas parecem medidas interessantes, se as virmos do ponto de vista muito a gosto da cultura brasileira: em abstrato e sem vinculação com a realidade. Entretanto, a realidade é outra: a universidade pública não constitui reserva de mercado para os bem-nascidos. Seus estudantes são oriundos, na quase totalidade, da classe média. Na Unesp, por exemplo, apenas 7,1% dos alunos provêm de

famílias com renda mensal acima de US\$ 4 mil. Considerando-se que o custo médio do nosso aluno é de US\$ 7 mil/ano, observa-se que apenas uma parcela ínfima poderia pagar seus estudos. Aliás, mesmo em países como os EUA, onde a renda per capita é dez vezes superior à do Brasil, o valor das taxas escolares cobradas dos estudantes representa cerca de 19% do orçamento das universidades de melhor padrão. Evidentemente, em nosso meio essa cobrança representaria um montante desprezível em relação às necessidades de um sistema educacional eficiente. Por outro lado, a inclusão de uma

aliquota no IR de cidadãos considerados ricos ou de classe média, que possuíssem filhos cursando a universidade, representaria uma punição para os estudantes mais competentes e esforçados, além de constituir bitributação. Afinal, já não são esses os que pagam os impostos que sustentam o ensino público?

Quanto à possível extinção da vinculação de receitas convém lembrar que a Constituição obriga o governo federal a investir 18% e os Estados e municípios, 25% das receitas tributárias em educação. A emenda no sentido de desobrigar a Federação desse investimento constituirá um retrocesso tanto histórico quanto político. Ao mesmo tempo, aliena o governo de um de seus deveres essenciais na área social, restringindo-o ao papel tecnocrata de expedição de normas e de apoio técnico ou financeiro, sem assumir responsabilidades diretas pela educação.

A descentralização não é atraente? Então, que os Estados cuidem da educação superior e os municípios, da secundária e da básica. Mas a realidade mostra que a transferência da responsabilidade pela manutenção das universidades federais para os Estados, ainda que não realizada de imediato, resultaria na inviabilização de várias delas, agravando as desigualdades econômicas, socioculturais e tecnológicas existentes entre

os Estados da Federação. Aliás, deve-se perguntar, caso vingue tal emenda, em que consistiria essa expedição de normas e esse apoio técnico e financeiro, já que o Estado se desobriga da responsabilidade direta pela educação. Qual a sua autoridade para realizar as funções de coordenação e fomento anunciadas? Em que se enraizaria senão numa concepção de poder que desvincula o governo do enfrentamento dos problemas vividos pelos governados?

Portanto, não é pela economia de US\$ 4 bilhões ao ano, que é o que representa para o governo federal o custo do ensino público superior, ou de alienação da União de um de seus deveres essenciais, que se irá fazer justiça social, aprimorar a educação ou equacionar o problema orçamentário da União.

Melhor seria promover o ajuste fiscal, as reformas política e tributária e redimensionar o Estado para a execução das suas ações prioritárias, que, numa sociedade como a nossa, tem na educação um dos instrumentos primordiais para a superação da injustiça social, da pobreza e da crise de desenvolvimento econômico.

■ Arthur Roquete de Macedo é reitor Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp)

Manda a prudência esperar que os fatos se esclareçam antes de qualquer julgamento. Essa nos parece a atitude mais correta diante das notícias sobre a "verdadeira revolução no ensino público" inspirada pelo Ministério da Fazenda. Entretanto, a importância do assunto impõe sua discussão. A imprensa relata que a equipe econômica, em decisão exclusiva, sem a participação do Ministério da Educação, encaminhou emendas relativas à educação para as lideranças do governo na Câmara e no Senado. Algumas foram acolhidas e deverão ir à votação.

Do que se trata, afinal? Acima de tudo, de um conjunto de medidas que despertam interesse, não por que venham a revolucionar radicalmente o sistema educacional, mas porque repõem velhos temas, entre os quais a gratuidade do ensino superior. As propostas seriam: aumento do Imposto de Renda de quem usufruir do ensino superior gratuito, extinção das vinculações de receitas para educação e transferência das universidades e escolas técnicas fe-